

**A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM FONOAUDIOLOGIA  
EDUCACIONAL NA PUC-SP**  
RELATO DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES E DOS PROCEDIMENTOS  
UTILIZADOS NA SUA IMPLEMENTAÇÃO

*Ana Luiza Marcondes Garcia \**

*Gisela Wajskop França \**

*José Geraldo Silveira Bueno \**

*Maria Lúcia Masini \**

## I - INTRODUÇÃO

Um dos temas que mais tem sido objeto de debates e polêmicas dentro da área dos distúrbios da comunicação tem sido o da relação entre a fonoaudiologia e a educação.

Esta relação tem sido abordada nos debates públicos, encontros e congressos, bem como se constituiu em preocupação constante dos cursos de fonoaudiologia, envolvendo fundamentalmente dois aspectos:

1 - o da própria caracterização da profissão do fonoaudiólogo;

2 - o da relação entre este profissional e as instituições educacionais, em especial, a escola.

Não se pode negar que, apesar da fonoaudiologia ter surgido à partir de preocupações específicas da medicina — tendo sido durante muito tempo caracterizada como profissão para-médica —, sua evolução tem levado a uma aproximação cada vez maior com os processos educativos, tanto no que diz respeito à sua própria caracterização enquanto profissão que tem por objeto a linguagem e seus distúrbios, como no papel que o fonoaudiólogo deve exercer junto à rede escolar pública e privada e outras instituições educacionais.

Isto tem levado os cursos de fonoaudiologia a incorporarem em seus currículos disciplinas tais como Introdução à Educação, Filosofia da Educação, Educação aplicada aos Distúrbios da Comunicação, Audiologia Educacional, etc., com o intuito de oferecer formação educacional ao fonoaudiólogo, tanto no que diz respeito à sua atuação específica e à ampliação de seu universo de ação (da linguagem para o indivíduo como um todo) como à sua atuação junto a instituições educacionais.

Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, esta preocupação redundou, na última reformulação do currículo de Fonoaudiologia implantado à partir de 1985, na criação da Área de Concentração em Fonoaudiologia Educacional, além da inclusão das disciplinas Filosofia da Educação, Audiologia Educacional, Problemas da Educação Brasileira e Educação aplicada aos Distúrbios da Comunicação.

\* *Professores da Área de Concentração em Fonoaudiologia Educacional do Curso de Fonoaudiologia — PUCSP.*

O objetivo da presente informação é o de oferecer aos leitores uma visão geral dos princípios e da organização da Área de Concentração em Fonoaudiologia Educacional da PUCSP, sendo necessário que, antes de entrar nesta Área específica, se apresente os princípios e organização que nortearam a elaboração e implementação das Áreas de Concentração.

## II - ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

O curso de Fonoaudiologia da PUCSP está organizado em 8 (oito) semestres letivos, sendo que os primeiros seis semestres são comuns a todos os alunos, que, ao final do sexto semestre, devem ter preparação básica, tanto teórica como prática, para o exercício profissional.

Nos sétimo e oitavo períodos, além de três disciplinas obrigatórias, com carga horária de 8 (oito) aulas semanais, o curso se subdivide em três Áreas de Concentração, a saber:

- 1 - Patologia da Linguagem;
- 2 - Audiologia;
- 3 - Fonoaudiologia Educacional.

Estas áreas de Concentração são eletivas para os alunos, que, das três existentes, deverão optar por apenas duas.

As Áreas de Concentração são constituídas por um Tronco Comum, obrigatório para todos os alunos que optarem por aquela área e por Módulos, eletivos, que poderão ser cursados até o máximo que a carga horária do aluno permitir.

Outro aspecto digno de nota é o que se refere à organização dos Módulos. Em primeiro lugar, no intuito de estar sempre, de um lado, respondendo às expectativas de formação dos alunos e, de outro, às demandas sociais, os Módulos são apresentados anualmente para opção dos alunos, podendo ser modificados, extintos e criados novos Módulos de ano para ano. Outro dado importante é de que os Módulos pressupõem sempre uma atuação prática dos alunos, nas mais diversas áreas da fonoaudiologia. Por fim, os módulos funcionam com um mínimo de 10 (dez) alunos por grupo.

Cabe também ressaltar que uma das preocupações básicas do novo currículo e da organização por Áreas de Concentração diz respeito à formação de profissional de fonoaudiologia, no sentido de lhe proporcionar um aprofundamento tanto dos conteúdos específicos como o de uma visão crítica em relação à sua atuação profissional na sociedade.

Neste sentido, tanto o Tronco Comum quanto os Módulos devem ter a preocupação constante de estabelecer relação estreita entre as práticas executadas pelos alunos e o contexto em que ela se realiza, assim como de canalizar as preocupações e reflexões mais abrangentes dos alunos para a sua prática efetiva.

### III - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM FONOAUDIOLOGIA EDUCACIONAL - ORGANIZAÇÃO PARA 1986

No primeiro ano de funcionamento (1986), esta Área se organizou da seguinte forma:

#### A - TRONCO COMUM

Disciplina: Fonoaudiologia e Educação — com 4 (quatro) horas semanais de aula, com uma classe composta por cinquenta e um alunos, com o objetivo de desenvolver análise abrangente da relação entre o exercício profissional do fonoaudiólogo e as instituições educacionais, de sua relação com os processos educacionais e a realidade brasileira, à partir da prática e reflexão exercidas nos Módulos.

#### B - MÓDULOS

Foram apresentados 5 (cinco) Módulos para opção dos alunos, quais sejam:

- a) Fonoaudiologia, Saúde e Educação;
- b) O Processo de Desenvolvimento da Criança Institucionalizada;
- c) Fonoaudiologia, Pré-Escola e Jogo Infantil;
- d) Fonoaudiologia, Escola e Língua Escrita;
- e) O Processo de Letramento Infantil.

Destes cinco, os alunos optaram pelos três últimos, sendo que os dois primeiros não receberam inscrições suficientes para que pudessem funcionar no presente ano letivo.

Para que o leitor possa ter uma visão exaustiva da organização desta Área de Concentração, transcrevemos abaixo os Programas tanto do Tronco Comum, como dos Módulos.

#### 1. TRONCO COMUM

Disciplina: Fonoaudiologia e Educação

Professor: José Geraldo Silveira Bueno

#### INTRODUÇÃO

Consideramos necessário, em primeiro lugar, ressaltar dois pontos que nos parecem fundamentais para melhor explicitação da própria proposta e que foram frutos das discussões realizadas na Área Curricular de Educação do Curso de Fonoaudiologia, na época da elaboração do projeto da Área de Concentração em Fonoaudiologia Educacional:

1 - esta área de concentração não deve se destinar somente àqueles alunos que tiveram como opção atuar em instituições educacionais, mas pode servir de aprofundamento na área de educação para aqueles que tiverem por opção o trabalho clínico, na medida em que os processos terapêutico e educacional se interpenetram e interdependem;

2 - o tronco comum deve ter como base para sua organização e desenvolvimento, a prática dos alunos e as atividades desenvolvidas nos módulos.

Do primeiro ponto, decorre que não se deve restringir as oportunidades práticas de estágios nesta área a escolas, creches, orfanatos, etc., mas a própria atividade clínica deverá ser aproveitada, relacionando-se as oportunidades e possíveis dificuldades educacionais desses pacientes e o processo educativo aos quais se submetem.

Do segundo ponto decorre que não podemos organizar previamente um programa, na medida em que ele deverá ser construído a partir da prática dos alunos e das atividades desenvolvidas nos módulos.

Podemos, entretanto, levantar temas que certamente serão desenvolvidos durante o curso, que terão sempre como eixo central a educação em nosso País, no momento histórico em que vivemos.

A disciplina do tronco comum, do nosso ponto de vista, deve servir para se discutir e questionar a educação brasileira e, mais do que caracterizar a atuação do fonoaudiólogo junto a instituições educacionais, problematizá-la.

Neste sentido, a disciplina deverá discutir a relação entre fonoaudiologia e educação, questionar a atuação do fonoaudiólogo em escolas, creches, orfanatos, internatos, etc., além de possibilitar situações para que o aluno aprofunde seu conhecimento sobre educação brasileira, do ponto de vista de seus agentes (família, escola, instituições sociais, etc.) e dos processos por eles utilizados, com enfoque prioritário na relação desses agentes com a sociedade brasileira em geral e na análise das relações internas dessas instituições.

### TEMAS A SEREM DISCUTIDOS

#### A - Fonoaudiologia e Educação

- análise das relações entre fonoaudiologia e a educação brasileira: atuação do fonoaudiólogo junto ao sistema e instituições escolares, enfatizando a análise da especialização das funções na escola e a atuação do fonoaudiólogo junto desse contexto;

- educação de 1º Grau: análise de suas características, de seus problemas estruturais, de sua organização, de suas relações sociais internas e de seu desenvolvimento curricular, relacionando todas essas questões com a atuação do fonoaudiólogo junto a esse nível de ensino;

- educação pré-escolar: análise de suas características, de seus problemas estruturais, de sua organização, de suas relações sociais internas, de seu desenvolvimento curricular, relacionando todas essas questões com a atuação do fonoaudiólogo junto a esse nível de ensino;

- educação especial: análise de suas características, de seus problemas estruturais, de sua organização, de suas relações sociais internas, e de seu desenvolvimento curricular, relacionando todas essas questões com a atuação do fonoaudiólogo junto a esse ramo de ensino;

#### B - Fonoaudiologia e Instituições Sociais

- análise das condições de produção e reprodução da marginalidade infanto-juvenil e da intervenção do Estado;

- política do bem-estar do menor e sua relação com a fonoaudiologia;
- análise da atuação do fonoaudiólogo junto a instituições que visam o atendimento do menor marginalizado.

### PRÁTICAS PROPOSTAS

A partir da prática vivida pelos alunos, o curso deverá se utilizar de procedimentos tais como seminários, trabalhos em grupo, debates, etc., para discussões dos problemas educacionais, aprofundando-se estas questões através de leituras, que também merecerão análise em sala de aula.

### AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação levará em conta a participação dos alunos nos trabalhos e discussões em classe, além da realização de trabalhos escritos sobre temas propostos.

### BIBLIOGRAFIA

- BASAGLIA, F. *O homem no pelourinho*. São Paulo, s.c.p., s.d.
- CANEVACCHI, M. *Dialética da família*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CADERNO DO CEDES N.2. *A formação do educador em debate*. São Paulo, Cortez, 1983.
- CADERNO DO CEDES N.3. *Educação e política*. São Paulo, Cortez, 1985.
- CADERNO DO CEDES N.4. *Educação e saúde*. São Paulo, Cortez, 1984.
- CADERNO DO CEDES N.9. *Educação pré-escolar*. São Paulo, Cortez, 1985.
- CADERNO DO CEDES N.14. *Recuperando a alegria de ler e escrever*. São Paulo, Cortez, 1985.
- CADERNOS DE PESQUISA N. 45. *Alfabetização*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1983.
- CHARLOT, B. *A mistificação pedagógica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- CURY, C.R.J. *Educação e contradição*. São Paulo, Cortez, 1985.
- FEBEM/SP. *Diretrizes Educacionais*. São Paulo, FEBEM/SP, 1984.
- FEBEM/SP. *Estrutura Legal*. São Paulo, FEBEM/SP, 1982.
- FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1980.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- GERALDI, J.W. (org.) *O texto na sala de aula*. Cascavel, Assoeste, 1984.
- KORCZAK, J. *Como amar uma criança*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- PATTO, M.H.S. *Psicologia e ideologia*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1984.
- PUCSP. *1º Encontro Nacional de Fonoaudiologia*. São Paulo, PUCSP, 1982.
- PUCSP. *Seminário Interdisciplinar de Alfabetização*. Brasília, INEP, 1984.
- SOARES, M. *Linguagem e escola*. São Paulo, Ática, 1984.
- SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo, Cortez, 1983.

## MÓDULOS

### A – MÓDULO: Fonoaudiologia, Pré-Escola e Jogo Infantil

Professora: Gisela Wajskop França

#### INTRODUÇÃO

A história de pré-escola e suas diretrizes, no Brasil e no mundo, tem nos mostrado uma tendência de educação compensatória. Fundados na concepção de privação cultural, vários programas de educação compensatórios foram desenvolvidos no Brasil, a partir da década de 60, pelos órgãos públicos, na tentativa de resolver o problema do fracasso escolar no ensino de 1º Grau regular. Na ilusão de que, ao compensar supostas deficiências e carências, tanto alimentares como afetivas e cognitivas da criança pobre através da pré-escola, haveria maior rendimento no 1º Grau, o Estado, através do MEC, implementou políticas para a criança pequena das mais variadas formas. Se esses programas tornaram-se prioridade governamental a nível do discurso a partir da década de 70, na prática não obtiveram sucesso. Ou seja, o atendimento tem sido baixo frente a demanda populacional, ao mesmo tempo que o trabalho baseado no treino de habilidades específicas não tem resultado em melhoria do rendimento do alunado. Por outro lado, as escolas particulares tem se expandido, seja como uma necessidade em si mas, principalmente, no sentido do preparo e antecipação à alfabetização concebida como um conjunto de habilidades.

É importante frisar que, tanto na esfera pública como na privada, os discursos e as práticas tem se alternado em torno de métodos e técnicas da pré-escola que oscilam entre a pedagogia "tradicional" ou a pedagogia "nova", mas que na essência, tem como concepção de infância a idéia da natureza infantil.

Podemos observar que, historicamente, o trabalho que tem sido desenvolvido nas pré-escolas parte do pressuposto liberal de que existe uma criança em si, independente da classe ou meio social a que pertence. Portanto, segundo essa concepção, seria possível, tendo como referência essa criança ideal, compensar ou antecipar treinos de funções específicas que tornariam a criança apta a ser um "bom cidadão".

Nessa medida, a criança tem sido vista descontextualizada de seu meio de origem e mesmo isolada do grupo da mesma idade. Trabalhando de maneira fragmentada, as pré-escolas tem retirado da criança a possibilidade de construir conhecimento como agente social e histórico.

Ao mesmo tempo, esse trabalho tem sido desenvolvido com ênfase no indivíduo, descaracterizando a interação das crianças em grupo nos seus jogos espontâneos como possibilidade real de construção de conhecimento. Através da didatização da relação da criança com o conhecimento e com o trabalho, a escola tem bloqueado a ação espontânea das crianças, impedindo que, através de suas brincadeiras, possam construir suas relações sociais, a organização do tempo e do espaço, enfim, compreender e recriar a sociedade na qual estão inseridas.

Na história dos sistemas pedagógicos pré-escolares, constatamos que, desde Fröbel, o jogo infantil tem sido caracterizado de maneira didática, pois cumpre requisito do ensino, e através deste se pretende que as crianças apreendam noções de forma, tamanho, cor, assim como dominar movimentos corporais e as funções básicas da aprendizagem.

Se por um lado, a pedagogia do jogo tem tomado o mesmo rumo dos sistemas pedagógicos, vinculada a uma concepção de natureza infantil que seria alcançada por meio de tarefas instrutivas, essa mesma pedagogia tem fragmentado a possibilidade de construção de conhecimento pela criança, seja quando didatiza o jogo ou quando o reduz aos materiais de construção.

Passando por materiais didáticos, brinquedos pedagógicos e métodos lúdicos pré-escolares e de alfabetização a tendência da pré-escola, principalmente no Brasil e após os anos 60, tem transformado o jogo infantil (na sua origem, ação imaginária de crianças que cumpre um papel de satisfação de necessidades e de estruturação da consciência e construção de conhecimento) em mero instrumento de trabalho educativo.

Assim, a escola se apropria da ação simbólica da criança, restringindo-a a exercícios repetitivos de discriminação viso-motora, auditiva, através do uso de brinquedos, desenhos coloridos e músicas ritmadas. Ao fazer isso, ao mesmo tempo que bloqueia a organização espontânea das crianças para o jogo de situações referentes a sua vida, essa concepção de pré-escola, através do trabalho lúdico didatizado, infantiliza a criança, como se a sua ação simbólica servisse unicamente, através de analogias entre homens, "bichinhos" e "coisinhas", para facilitar a compreensão do mundo no qual está inserida.

Em função dessa realidade, do ponto de vista da escola pública, a resposta insatisfatória das crianças frente às exigências dos conteúdos apresentados nos programas possibilitam o aparecimento simultâneo de profissionais que pudessem dar conta dessas "anomalias", através da atuação de fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais.

Assim, segundo Sonia Kramer, "de acordo com a abordagem de privação cultural, a linguagem é uma das principais carências das crianças provenientes de meios socio economicamente desfavorecidos"<sup>1</sup>. Nessa medida, desenvolve-se um trabalho em fonoaudiologia de aprendizagem dos padrões formais de fala, em contradição com a variedade lingüística de origem do aluno, inculcando neste a inferioridade como falante de um código restrito "errado" em contraposição ao "falar certo" da classe dominante.

Numa outra vertente e em função do trabalho na esfera privada, o fonoaudiólogo passou a atuar no interior da escola através de testes e triagens do ponto de vista dos distúrbios de linguagem, sem levar em conta o conjunto de habilidades desenvolvidas pela escola ou o conhecimento da criança.

Tanto num caso como no outro, vale observar uma atuação isolada do fo-

1. KRAMER, SONIA. *A Política do Pré-Escolar no Brasil - A Arte do Disfarce*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2ª edição - 1984.

noaudiólogo, numa perspectiva de trabalho fragmentado e tecnicista, em resposta às exigências de uma escola alienante e não crítica.

Se essas práticas pré-escolares estão comprometidas com uma concepção da infância como um ser frágil e ao mesmo tempo possível de educação, através de um treino de habilidades previamente definidas, isso não significa que devamos rejeitar o jogo infantil como a possibilidade de ser, em si, o currículo da pré-escola. Ao contrário, cabe compreendê-lo de outra maneira, importante para as crianças — não como atividade única — na medida em que é através dele que estas se desenvolvem.

Segundo a concepção do brincar infantil como praxis social (baseada nas teorias de Makarenko, Vigotsky, Elkonin e outros) é no brincar, junto com as outras crianças, que estas podem colocar-se desafios além do seu comportamento diário, levantando hipóteses na tentativa de compreender os problemas que lhe são colocados pelas pessoas e pela realidade na qual se inserem. Ou seja, quando jogam (ou brincam) de "casinha", de "bandido e mocinho", "de médico" ou de "construir uma casa" com pedaços de pau, as crianças podem, de maneira simbólica, construir realmente relações sociais entre elas, elaborar regras de organização ao mesmo tempo que, ao reiterarem situações vividas, modificam-nas na medida de suas necessidades. Nessa prática simbólica, as crianças vão construindo a consciência da realidade ao mesmo tempo em que já vivem uma possibilidade de modificá-la.

Compreendido dessa forma, o jogo infantil passa a ter uma importância fundamental na perspectiva de trabalho pré-escolar, tendo em vista a criança como sujeito histórico. Se o jogo é efetivamente uma necessidade de organização infantil ao mesmo tempo em que é o espaço da interação das crianças, quando estas podem estar pensando-vivendo suas relações familiares, as relações de trabalho, a língua, a fala, o corpo, para citar os temas mais importantes, então este se transforma em fator educativo se, no processo pedagógico, for utilizado pelas crianças para sua organização e trabalho.

Penso que, se conseguirmos estar trabalhando dessa forma com a pré-escola, trazendo a vida para o seu interior, pautada no pensar o mundo através do jogo auto-organizado pelo coletivo infantil, poder-se-á estar contribuindo para transformar a idéia da educação como compensação e/ou prevenção de patologias, numa praxis real de crianças e adultos em confronto, construindo-se como falantes que pensam e fazem o mundo. E, dessa forma, refletir e redimensionar a relação do fonoaudiólogo com a criança, a instituição e a própria ciência.

## OBJETIVOS

Tendo em vista o diagnóstico da educação pré-escolar brasileira esboçada acima, o curso pretende aprofundar o conhecimento dessa realidade junto ao estudante de fonoaudiologia. Compreender a educação pré-escolar como uma



realidade historicamente constituída e a possibilidade de situar-se frente a ela, permitirá ao aluno optar conscientemente por uma atuação profissional nessa mesma realidade. Ao mesmo tempo, o curso pretende elaborar a crítica da educação pré-escolar tanto antecipatória como compensatória e a concepção da natureza infantil que lhe sustenta. Partindo dessa crítica o curso se propõe a dar subsídios ao aluno de fonoaudiologia para compreender a criança do ponto de vista de sua condição infantil historicamente definida e o jogo infantil como trabalho e construção de conhecimento. Nesse sentido, o curso busca permitir ao aluno de fonoaudiologia que questione sua prática junto à criança pré-escolar, seja em instituições educacionais ou no atendimento clínico, na perspectiva de contribuir para um trabalho educativo crítico e consciente.

### CONTEÚDOS

Para que possa ser aprofundado, proponho alguns temas básicos de discussão, que poderão ser ampliados em função dos interesses do grupo. São eles:

- A. Infância e Sociedade: o conceito de infância;
- B. Pré-escola e Fonoaudiologia: análise crítica da educação compensatória:
  - . história da pré-escola no Brasil — teoria e prática
  - . história da fonoaudiologia no Brasil — teoria e prática.
  - . atuação do fonoaudiólogo no ensino pré-escolar
- C. A criança pré-escolar e o jogo: uma proposta de trabalho.
  - . O papel do jogo na educação infantil
  - . A relação do jogo e o trabalho
  - . A interação verbal, a criança e o jogo.

### METODOLOGIA

O curso será desenvolvido através de aulas teóricas, leitura de textos, seminários, análise de material didático e discussão da prática cotidiana do aluno junto à criança em idade pré-escolar. A atuação sistemática do aluno com crianças na faixa entre 2 e 6 anos será refletida a partir da crítica à pré-escola compensatória/antecipatória e o papel que o fonoaudiólogo tem desempenhado, na tentativa de elaborar um trabalho que leve em conta a criança como sujeito histórico, com base na concepção do jogo infantil como praxis social. O trabalho prático do aluno pode ser tanto sua atuação em consultório como em escola ou em instituições sociais que já venha desenvolvendo há algum tempo. Caso seja preciso, o aluno contará com sugestões, pelo módulo, de escola ou creche para sua atuação. Na medida das necessidades do trabalho, far-se-ão observações em escolas particulares ou públicas, assim como em creches, juntamente com o professor, para análise em classe.

### AVALIAÇÃO

O aluno será avaliado pela sua participação em classe, na discussão dos

temas propostos, somado à realização de trabalhos escritos.

### BIBLIOGRAFIA

- ARIES, PHILIPPE. *História Social da Criança e da Família*, Rio de Janeiro, Zahar, 2ª edição, 1981.
- CADERNO CEDES Nº 9. *Educação Pré-Escolar: Desafios e Alternativas*. São Paulo, Cortez, 1985.
- KRAMER, SONIA. *A Política do Pré-Escolar no Brasil – A Arte do Disfarce*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2ª edição, 1984.
- MOYSÉS, SARITA MARIA A. *A Leitura do Mundo precede a Leitura da Palavra?* in Caderno Cedes nº 14, São Paulo, Cortez, 1985.
- SOARES, MAGDA. *Linguagem e Escola – Uma Perspectiva Social*. São Paulo, Ática, 1986.
- USOUA, A. P. *El Papel del Juego en la Educación de los Niños*. Ciudad de La Habana, Editorial Pueblo y Educación, Instituto de la Infancia, 1979 (mimeografado).
- VIGOTSKY, L.S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo, Martins Fontes, 1ª ed. brasileira, 1984.

### CARGA HORÁRIA

Para que o módulo cumpra os objetivos a que se propõe, sugiro a seguinte carga horária:

- 4 horas-aula por semana, para discussão da prática desenvolvida pelos alunos, debate sobre temas, aulas teóricas, seminários e visitas conjuntas à escola, creche ou instituições sociais.
- 2 horas por semana de atuação prática do aluno, seja em consultório, escolas, creches ou instituições sociais.

### NÚMERO DE ALUNOS

Mínimo: 10 alunos

Máximo: 15 alunos

### RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Para os alunos que não possuem uma prática com crianças na faixa pré-escolar, há necessidade de se oferecer a possibilidade de atuação em pré-escolas (públicas ou privadas) ou em creches (públicas ou privadas).

A título de sugestão, seguem alguns nomes:

- Escola de Educação Infantil Fralda Molhada – Particular
- Creche do Jardim Miriam – Prefeitura
- Jardim Escola Caracol – Particular
- Creches de Osasco em geral – Prefeitura.

**B – MÓDULO: Fonoaudiologia, Escola e Língua Escrita**

Professora: Maria Lucia Masini

**INTRODUÇÃO**

No atendimento clínico, os fonoaudiólogos recebem com freqüência crianças e até mesmo adultos com dificuldades em leitura e escrita.

Nossa prática tem mostrado que o trabalho desenvolvido com estes sujeitos encerram-se sempre neles mesmos, isto é, procuramos compreender os sintomas por eles apresentados fazendo uma descrição da codificação e decodificação do discurso gráfico, da compreensão do texto lido observando-se a complexidade do mesmo, da elaboração de um texto observando-se o discurso utilizado e seu desenvolvimento e investigando possíveis alterações nas percepções visual e auditiva, na habilidade em lidar com as diversas categorias lingüísticas ou ainda na linguagem oral numa tentativa de encontrar relações que auxiliem na compreensão do problema. Comumente, nos voltamos para as escolas desses sujeitos para conhecê-las. Tal conhecimento centraliza-se nos métodos utilizados na alfabetização a fim de se fazer possíveis relações entre o método e a aprendizagem do mesmo. Na continuidade, temos como enfoque o trabalho com as alterações observadas visando a eliminação dos sintomas apresentados. Nosso objetivo tem sido basicamente o de reintegrar o sujeito àquela escola que o discriminou com a justificativa de se tratar de "um caso que precisa de um atendimento especial".

Nesta perspectiva, tanto os fonoaudiólogos quanto as escolas que detectam tais dificuldades nas crianças e as encaminham como portadoras de uma patologia, entendem língua escrita como sendo transcrição da língua oral (esta vista como pré-requisito), seu domínio restrito ao domínio de um código e ainda algo localizado fora do sujeito que a produz. Este, seja criança ou adulto, é considerado como uma tábua rasa em termos de escrita, tendo que percorrer um caminho onde professores e eventualmente fonoaudiólogos estão no ponto de chegada, muitas vezes orientando como trilhar este caminho segundo seus pontos de vista.

Esta visão faz do trabalho de professores e fonoaudiólogos um trabalho essencialmente técnico. Técnico porque a única coisa que importa é a instrumentalização de um código pelo sujeito, no caso o código gráfico. Tal instrumentalização não permite que este sujeito se conscientize de que a escrita é sua produção. Os fatores de ordem social e política (que em última análise determinam os de ordem individual) são considerados apenas como variáveis interferentes no processo de alfabetização (educacional no geral), quando na realidade tal processo se constitui destes fatores.

A escrita não é simplesmente um código gráfico. Ela é uma modalidade de língua tanto quanto a oralidade, porém diferente desta. Possui valores, funções e usos diferentes, pois diferentes são os grupos sociais que a produzem.

Assim, não é único o caminho a ser percorrido pelas pessoas que entram

em contato com a escrita. Mesmo não tendo o domínio da convenção gráfica, estas pessoas já formulam hipóteses sobre a escrita, segundo seus valores, crenças e atitudes (que são também os de seu grupo social).

A escola caberia compreender tais hipóteses formuladas, transformando a situação de alfabetização num processo dinâmico onde se confrontassem as interpretações de escrita de ambos os lados (professores e alunos).

Deste modo, não se fala mais em instrumentalização de um código, fala-se em sujeitos agindo criticamente em cima de um objeto de conhecimento, a escrita.

Para nós fonoaudiólogos, trabalhar nesta perspectiva significa algo mais que diagnosticar e tratar de um distúrbio de leitura e escrita. Significa conhecer o sujeito em questão enquanto ser social que é e, assim, compreender como a escrita se insere em sua vida. Significa ainda entender a Educação, a escola enquanto instituição social e a política de ensino historicamente constituídos.

Dentro desta perspectiva, o trabalho com a língua escrita extrapola o âmbito da técnica, assumindo uma dimensão social e política.

### OBJETIVOS E CONTEÚDOS

Considerando língua escrita como de natureza social, não sendo seu desenvolvimento uma mera questão técnica, mas sim política, este curso tem como objetivo questionar o papel do fonoaudiólogo frente aos distúrbios de leitura e escrita, quer seja em seu trabalho clínico, quer seja em suas práticas dentro da escola que se intitulam como preventivas dos mesmos.

Para tanto, as discussões e questionamentos dar-se-ão a partir das situações vividas pelos alunos em seus estágios (especificação dos mesmos a seguir). Permeando tais discussões e no sentido de aprofundá-las serão desenvolvidos temas, como:

- a escrita como sistema de representação e seu desenvolvimento
- funções, usos e valores sociais da escrita
- educação segundo uma perspectiva histórica
- usos escolares da língua escrita
- conceito de língua padrão
- dislexia e hiperatividade — duas patologias comumente diagnosticadas nas escolas
- avaliação da língua escrita na escola e na clínica fonoaudiológica

### METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

Como foi explicitado anteriormente, o curso terá como ponto de partida (e o de chegada também) as questões cotidianas do trabalho fonoaudiológico dos alunos que nele ingressarem. É necessário, portanto, que estes alunos estejam com estágios em:

- atendimento clínico de sujeitos (adultos ou crianças) com distúrbios de leitura e escrita e/ou

- práticas fonoaudiológicas realizadas em instituições educacionais (pré-escola ou escola de 1º grau), tais como: triagem, atendimento individual ou em grupo, orientação a professores, participação na elaboração do planejamento escolar.

Para maior esclarecimento, a necessidade de os alunos estarem em tais estágios *não significa que isto seja pré-requisito para o ingresso neste módulo.*

Os alunos que não estão atualmente em nenhum estágio com estas características, podem ingressar no módulo, sendo de responsabilidade deste providenciar os estágios pedidos.

Fora isto, durante o decorrer do curso, os alunos farão contato com pessoas (com e sem escolaridade), com algumas instituições educacionais (os responsáveis pelas mesmas) e ainda profissionais que lidam com a língua escrita com a finalidade de aprofundarmos nossas questões e desenvolvermos uma visão crítica da nossa realidade.

Este curso terá como prática a elaboração de pequenos textos (individuais e coletivos) durante o seu desenvolvimento. Desta forma, ao final do mesmo, teremos registrado sua evolução, tanto a nível de grupo quanto a nível individual, obtendo assim uma avaliação do processo do curso em questão.

#### **CARGA HORÁRIA**

A carga horária para o curso é de 6 horas-aula semanais, sendo:

- 4 horas-aula para o desenvolvimento dos temas com o conjunto dos alunos;
- 2 horas-aula de estágios no atendimento de crianças com dificuldades de leitura e escrita.

#### **LIMITE DE VAGAS**

Há um limite máximo de 15 alunos por turma, existindo a possibilidade de se formar *duas* turmas. O limite mínimo é de 12 alunos.

#### **RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS**

Serão válidos os estágios dos alunos inscritos no curso deste que atendam as solicitações já descritas. Para aqueles que não possuem estágios, sugiro que o curso entre em contato com a DERDIC (para o atendimento clínico de sujeitos). Para o trabalho em escola, já estão sendo feitos contatos com a Delegacia de Ensino da Casa Verde.

#### **BIBLIOGRAFIA**

Faz parte deste curso uma bibliografia básica, o que não exclue a leitura de outros textos que eventualmente possam interessar ao conjunto e enriquecer

as discussões.

ANAIIS DO SEMINÁRIO MULTIDISCIPLINAR DE ALFABETIZAÇÃO INEP.

CADERNOS CEDES. Centro de Estudos de Educação e Sociedade, nº 14, Cortez Editora.

FERREIRO, E. e TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Artes Médicas ed., Porto Alegre, 1985.

GERALDI, J. W. *O texto na sala de aula, leitura e produção*. Assoeste ed., Cascavel, 1984.

GREERRE, M. *Linguagem, Escrita e Poder*.

VIEIRA, E. *Estado e Miséria Social no Brasil, de Getúlio a Geisel*. Cortez Editora, São Paulo, 1985.

### C – MÓDULO: O Processo do Letramento Infantil

Professora: Ana Luiza Marcondes Garcia

#### INTRODUÇÃO

O termo letramento ("literary") refere-se não só ao processo de aquisição e desenvolvimento da leitura e da escrita na criança mas também ao efeito desse processo no indivíduo e na sociedade. Neste sentido, o termo não pode ser considerado como sinônimo de "alfabetização" na medida em que considera os vários fatores interdisciplinares envolvidos no processo de formação de indivíduos funcionalmente letrados. Desta perspectiva mais ampla talvez seja possível começar a esclarecer a longa história de equívocos sobre o "fracasso escolar" que tem raízes profundas na própria concepção de linguagem, de escola e, com certeza, de distúrbios na comunicação gráfica.

#### OBJETIVOS

Geral – conscientizar o fonoaudiólogo dos fatores histórico, antropológico, social, político, psicológico e cognitivo envolvidos no letramento, ou seja, no processo e no efeito da aquisição da leitura e da escrita.

Específicos:

- questionar uma concepção de linguagem perfeita, pura, que se baseia na escrita ortográfica e numa pronúncia artificial dessa escrita dada como padrão lingüístico, enquanto desconsidera variação e diferenças que não gozam de prestígio social ou que convivem em situações cotidianas com esse padrão.
- questionar o fracasso dos aprendizes de língua nas escolas e instituições educacionais através da compreensão do caráter social, político e ideológico do uso e do ensino da língua.
- colocar em dúvida a nossa forma de avaliar o processo de aquisição da

leitura e da escrita de indivíduos não letrados enquanto membros de uma sociedade historicamente letrada e grafocêntrica.

- fornecer subsídios à construção de uma teoria da aprendizagem da língua escrita, em sua forma e função, através da observação e estudo dos processos mentais envolvidos na leitura e produção da linguagem enquanto atividades cognitivas.
- repensar a alfabetização preocupando-se não com o seu aspecto mecânico ou figurativo mas sim com seu aspecto construtivo, ou seja, em como o sujeito concebe e constrói o seu objeto de aprendizagem.
- observar criticamente como as escolas, instituições educacionais e o mercado editorial didático vêm conduzindo esse processo de letramento.

## CONTEÚDOS

1ª unidade

*"Contribuições da História e da Antropologia"*

- A história da escrita
- As crenças sobre a escrita
- Sociedades ágrafas
- Escritas alfabéticas e não alfabéticas
- O uso da escrita na história do Homem
- As conseqüências do letramento

2ª unidade

*"Contribuição da Sociologia da Linguagem e da Sóciolingüística"*

- A ficção da homogeneidade
- Língua oral x Língua escrita
- Algumas variedades do Brasil
- Variação lingüística e ensino de língua
- Gramática normativa e discriminação
- Deficiência cultural x diferença cultural

3ª unidade

*"Contribuições da Psicolingüística"*

- A natureza da leitura e da escrita
- Processos cognitivos envolvidos na leitura
- Processos cognitivos envolvidos na escrita
- Teorias de aquisição da leitura e da escrita
  - a tese inatista
  - a tese funcionalista
  - a tese cognitivista-funcionalista
  - a tese construtivista
  - a tese associacionista
  - o papel da comunicação e da interação social

- Dificuldades da criança no processo de letramento
- A construção da escrita

4ª unidade

"A escola e o letramento".

- Linguagem e Escola
- O livro didático
- A atuação do fonoaudiólogo na escola

## METODOLOGIA

O curso tem um caráter teórico-prático. Assim os conteúdos apresentados na sessão anterior serão desenvolvidos na classe, através de aulas expositivas, leitura e discussão de textos. O caráter prático, entretanto, será privilegiado na medida em que o objetivo final do curso será a elaboração de uma pesquisa por cada aluno que necessariamente exigirá a escolha de um sujeito, coleta de dados, entrevistas com pais, estágio em escola e observação do desenvolvimento da criança através de contatos constantes. Nesse trabalho, o aluno deverá descrever o acompanhamento desenvolvido com uma criança.

Os passos para a elaboração desta pesquisa se desenvolverão concomitantemente às aulas teóricas sendo que o tempo dedicado à parte prática irá aumentando gradativamente de forma que os dois últimos meses sejam exclusivamente voltados à orientações da pesquisa.

O cronograma de trabalho é o seguinte:

*2º semestre de 86.*

- 1) triagem e escolha de um sujeito. Os alunos devem observar os seguintes aspectos:
  - escolher uma criança que esteja cursando o último semestre da pré-escola ou, no máximo, o 2º semestre da 1ª série do 1º grau da rede pública ou particular;
  - o aluno tanto poderá escolher uma criança do fluxo de pacientes da Derdic como por seus próprios meios. O importante é garantir que a família e a escola seja disponíveis para oferecer informações e permitir observações, estágios e entrevistas.
- 2) entrevistas e contatos com a família e com a própria criança com o objetivo de reunir elementos para delimitação do problema e delimitação do universo letrado da criança (o roteiro para estas atividades será elaborado em classe, nas primeiras semanas de aula).
- 3) redação da 1ª parte da pesquisa que descreve, organiza os itens 1 e 2.



1º semestre de 87.

- 4) contato com a escola da criança: estágio de observação, entrevista com a professora, análise de material didático.
- 5) acompanhamento individual da criança com o objetivo de realizar intervenções terapêuticas (a serem discutidas e orientadas em classe).
- 6) redação final da pesquisa.

### AVALIAÇÃO

A avaliação final do curso se fará com base nesse trabalho. Se os resultados forem satisfatórios e as reflexões importantes, as pesquisas poderão se transformar em material para publicação.

### BIBLIOGRAFIA

- ABAURRE, Bernadete (1985) — "Leitura e Escrita na escola e na vida". Mimeo, inédito.
- Anais do Seminário Multidisciplinar de Alfabetização*. INEP. Brasília, 1984.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (1985) — *Roteiro para análise de cartilhas*. Fundação para o Livro Escolar, São Paulo, mimeo, inédito.
- FERREIRO, Emília (1985) — *Reflexões sobre Alfabetização*. Editora Cortez, São Paulo.
- FERREIRO, Emília & TEBEROSKY (1986) — *Psicogênese da Língua Escrita*. Artes Médicas, Porto Alegre.
- FRANCHI, Eglê (1984) — *E as crianças eram difíceis*. Martins Fontes, São Paulo.
- GARCIA, Ana Luiza M. (1985) — *Roteiro para análise de Livros Didáticos de Português: 1ª a 8ª série*. Fundação para o Livro Escolar, São Paulo, mimeo, inédito.
- GNERRE, Maurizio (1985) — *Linguagem, Escrita e Poder*. Martins Fontes, São Paulo.
- ILARI, Rodolfo (1985) — *A Lingüística e o Ensino da Língua Portuguesa*. Ed. Martins Fontes, São Paulo.
- KATO, Mary A. (1986) — *No Mundo da Escrita*. Editora Ática, São Paulo.
- LEMLE, Miriam (1978) — "Heterogeneidade dialetal". *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro.
- LEMLE, Miriam (1983) — "A tarefa da alfabetização: etapas e problemas no Português". *Letras Hoje* 15(4).
- LUFT, Celso Prado (1985) — *Língua e Liberdade*. Editora LPM, Rio Grande do Sul.
- SOARES, Magda (1986) — *Linguagem e Escola*. Editora Ática, São Paulo.
- VYGOTSKY, L.S. (1962) — *Pensamento e Linguagem*. Ed. Antídoto, Lisboa.

## LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

### - Cartilhas

- *Caminho Suave*, Editora Caminho Suave.
- *Cartilha Pipoca*, Editora Saraiva.
- *Cartilha Sodré*, Companhia Editora Nacional.

### 1ª a 8ª série

- FIORE, Amara (1985) - *Aprender é Viver*. 1ª a 4ª série. Editora do Brasil, SP.
- MORAES, Lídia & ANDRADE, Mariana (1985) - *Mundo Mágico*. 1ª a 4ª série, Editora Ática, SP.
- PRATES, Marilda (1985) - *Reflexão e Ação*. 5ª a 8ª série, Editora do Brasil, SP.
- MESQUITA, Roberto & MARTOS, Cloder (1985) - *Processo de Auto-Instrução*. 5ª a 8ª série, Editora do Brasil, SP.

### CARGA HORÁRIA

Curso de 2 semestres com 45 horas aula cada um, ou seja, 3 horas aula por semana:

#### 2º semestre de 1986

- 33 horas de aula
- 12 horas de atividade prática

#### 2º semestre de 1987

- 27 horas de aula
- 18 horas de atividade prática

### NÚMERO DE ALUNOS

Até 15 alunos por turma.

### RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

- Local de Estágio:
  - Pré-escolas e escolas públicas.
- Um conferencista (a ser determinado) para uma palestra de 3 horas, no final do 1º semestre de 1987.